



ARTIGOS

EM VISTA DA NOVA EVANGELIZAÇÃO

In view of the new evangelization

*Mario de França Miranda **

RESUMO: Na introdução, este artigo procura explicitar a expressão “nova evangelização” demonstrando seu sentido e sua necessidade em nossos dias. Em seguida aborda, numa escolha pessoal, três temas fundamentais para que ela realmente possa ser eficaz. O primeiro diz respeito à problemática transmissão da fé para as gerações mais jovens, enfatizando então a importância da experiência pessoal de fé. O segundo tema trata da conversão ao explicar seu sentido no Novo Testamento, suas diversas modalidades e, sobretudo, sua necessidade hoje. O último tema procura resgatar o núcleo existencial e místico da fé cristã, em parte esquecido na tradição latina mais voltada para o doutrinal e o canônico, mas de grande urgência hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja, Evangelização, Transmissão da fé, Conversão cristã, Experiência de Deus.

ABSTRACT: The introduction to this article seeks to clarify the expression “new evangelization” demonstrating its sense and its necessity in our days. Next the article discusses, in a personal choice, three fundamental themes that can enable it to be truly effective. The first concerns the problematic transmission of the faith to the younger generations, emphasizing the importance of the personal experience of faith. The second theme concerns the conversion to explain its meaning in the New Testament, its various modalities and above all its necessity today. The last theme seeks to recapture the existential and mystical core of the Christian faith, partly forgotten in Latin tradition which is more oriented toward the doctrinal and the canonical dimension, but of great urgency today.

KEYWORDS: Church, Evangelization, Transmission of the faith, Christian conversion, Experience of God.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – RJ, Departamento de Teologia. Artigo submetido a avaliação em 10.01.2013 e aprovado para publicação em 06.02.2013.

Falar de “nova evangelização” não é algo tão óbvio e inocente como parece à primeira vista. Pois evangelização enquanto proclamação do querigma salvífico presente nas palavras e na vida de Jesus Cristo não pode ser velha ou nova, já que é sempre a mesma, é o que garante a identidade do cristianismo. Portanto a confissão de fé de que Deus nos reconcilia consigo através da pessoa de seu Filho inaugurando assim uma nova era para a humanidade, permanece sempre a mesma, embora continuamente exposta a interpretações diversas ao longo da história, como já aconteceu na primeira geração de cristãos, conforme nos atestam Paulo e João, que empregam expressões diversas para o mesmo evento salvífico. Portanto o termo “nova” não pode dizer respeito ao *conteúdo* da verdade cristã. Então como justificá-lo a não ser examinando a *modalidade* através da qual esta evangelização está sendo realizada.

Pois a Igreja experimenta em nossos dias grande dificuldade em transmitir a fé para as novas gerações, sinal de alarme que exige um exame sério dos *canais tradicionais* desta transmissão. Por outro lado, não podemos afirmar estar diante de uma questão totalmente nova, pois tanto os participantes do Concílio Vaticano II, como os textos posteriores de Paulo VI, como a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, ou de João Paulo II, como a Encíclica *Redemptoris Missio*, já se debatiam com este desafio. Reconhecemos, por um lado, ainda hoje a pertinência de suas conclusões, mas, por outro, somos premidos a examinar de novo a questão da transmissão da fé. Este fato já nos indica que o contexto sociocultural, as condições de vida e os ouvintes da mensagem são *outros*. Ora, a mensagem cristã da salvação só será considerada *tal* por uma geração na medida em que puder incidir em seus anseios, angústias, carências, sofrimentos, busca de sentido e de realização. Certamente não se trata de proclamar *outra* mensagem adaptada ou submissa às necessidades históricas e transitórias de uma geração, mas de *ênfatizar* no mesmo anúncio da fé *algumas verdades*, talvez esquecidas ou relegadas no passado, mas de grande importância em nossos dias.

De fato, a proclamação da fé jamais se dirige ao ser humano em geral, pois este nunca existiu, porém sempre a homens e mulheres vivendo numa época histórica e numa sociedade concreta. Deste modo a plenitude da mensagem inevitavelmente será entendida e apropriada através de perspectivas peculiares, parciais e imperfeitas, porque históricas, mas abertas a outras leituras que as completarão. Embora a fé do cristão se dirija à plenitude do mistério de Deus, inacessível ao conhecimento humano, ela sempre terá *o todo no fragmento* da compreensão, da linguagem e da expressão humana, condicionadas e limitadas. A história do cristianismo apresenta assim uma sucessão de compreensões de verdades centrais que, embora diversamente tematizadas, sempre se mantiveram fiéis aos dados da revelação bíblica. Mencionemos, como exemplo, o conceito fundamen-

tal de “salvação cristã”. Sem dúvida alguma a *razão principal* desta evolução ao longo dos séculos está nas transformações socioculturais, nos desafios existenciais, nas linguagens disponíveis próprias de cada época. Pois a evangelização é a razão de ser da Igreja, e esta proclamação da fé deve poder chegar, de fato, a seus ouvintes, deve ser entendida e significativa para cada geração. Daí poder e dever ela hoje apresentar modalidades diversas, tal como se deu de fato no passado. Querer manter a mesma modalidade de pastoral evangelizadora quando o cenário já pede outra, acaba se revelando uma solução cômoda, mas enganosa e ineficaz, gerando uma crise na transmissão da fé.

Esta afirmação se vê confirmada quando tomamos consciência explícita de que vivemos o final de uma *era de cristandade* e nos adentramos num outro período histórico, ainda não bem definido devido à velocidade das mudanças em curso. Sabemos que durante muitos séculos a fé cristã recebeu importante respaldo da sociedade, marcada por valores e práticas provindas do Evangelho que atuavam como uma autêntica estrutura de plausibilidade para a fé cristã. Pois esta fé, já inserida na cultura e no tecido social, era uma realidade aceita por todos, concentrando-se então a evangelização no ensino da doutrina e na frequência às práticas especialmente sacramentais. Além disso, ao difundir os princípios morais cristãos na sociedade, a Igreja atuou como educadora desta sociedade. Não negamos que a atividade missionária para fora da Europa proclamou o querigma salvífico, mas em geral pouca importância deu aos contextos vitais e às culturas locais dos evangelizados, insistindo mais no doutrinal e no sacramental, visando a reproduzir em terras distantes a comunidade eclesial ocidental.

A *atual sociedade* pluralista, instável, diversificada, participativa, secularizada, dominada por uma racionalidade de cunho científico-experimental e econômico, e assim pragmática e utilitarista, vê no discurso cristão apenas mais um entre tantos os que são apregoados, relativizados e, conseqüentemente, enfraquecidos. O crescimento dos que se declaram sem religião, a indiferença de muitos fiéis com relação ao magistério eclesiástico, o surto de religiões esotéricas, a religiosidade afastada da instituição, para citar apenas alguns sintomas hodiernos, demonstram a necessidade de se rever a modalidade evangelizadora do passado. Pois a fé não mais pode ser pressuposta, pois *é ela exatamente que se encontra questionada*. Portanto o problema de fundo gira hoje em torno da proclamação do querigma aos “de fora” que os leve a uma livre opção de fé, opção esta que lhes proporcione orientação e fundamento para viverem a aventura da existência humana. Só nesta perspectiva podemos enfim entender porque podemos e devemos falar hoje de *nova evangelização*.

Entretanto, podemos ainda indicar uma *outra razão* que justifica a urgência de novos caminhos de evangelização. A ação salvífica de Deus no

mundo e na história acontece sempre através de uma *mediação humana* pela qual Deus realiza seu desígnio salvífico. De fato, o Transcendente se faz presente e atuante na humanidade através de determinadas pessoas que influem e moldam a sociedade e a história. Prova disto é o Antigo Testamento com seus patriarcas, profetas e reis. Prova disto é a humanidade de Jesus Cristo, revelação e realização perfeita e última do projeto divino, através de suas palavras e ações. Prova disto é a comunidade humana dos fiéis, a Igreja, a testemunhar nas palavras e na vida de seus membros a ação salvífica de Deus em Jesus Cristo, demonstrando-a sempre viva e atual para as sucessivas gerações humanas.

Mas esta mediação humana, vista mais de perto, nunca é geral e indeterminada como seu conceito universal. Pois todo ser humano se encontra sempre inserido num contexto sociocultural bem concreto, que lhe fornece características próprias, como cultura, linguagem, ethos, organização social, diretivas para sua vida afetiva e profissional. Portanto, a proclamação salvífica deve respeitar tais condicionamentos para que possa realmente ser captada, entendida e acolhida. Querer reter apenas a ação divina ao liberá-la de sua expressão histórica, contextualizada, particular, constitui sem mais uma tarefa impossível. Naturalmente não só a iniciativa divina deve se “encarnar” e se submeter à mediação humana histórica, mas também esta mediação se vê questionada, transformada e plenificada pelo agir salvífico de Deus. “A graça pressupõe e aperfeiçoa a natureza”, como diziam os antigos. Mas não vamos entrar nesta questão. Basta que retenhamos que a Palavra de Deus não pode ser tal prescindindo de seu entorno sociocultural, como vem afirmado na Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II (DV 12).

Portanto, a modalidade de evangelização do passado, mesmo que outrora adequada e eficaz, não deve ser fossilizada e aplicada para hoje já que experimentamos fortes transformações socioculturais, as quais a tornam inadequada e inócua. Deste modo é tarefa urgente em nossos dias esquadriñar a sociedade para descobrir *novas mediações* de Deus que sejam acessíveis e pertinentes para nossos contemporâneos. E aqui se abre todo um programa pastoral para a Igreja. Ao entrar em diálogo com a sociedade, tal como aconteceu no Concílio Vaticano II, a Igreja se renova, se mantém viva, se expressa, se compreende a si própria, se institucionaliza, exerce sua missão evangelizadora em coerência com os desafios, apelos e necessidades de uma época. Na fidelidade ao legado da revelação, ela, como realidade humano-divina, está em contínua evolução, voltada para o futuro, para o Deus sempre maior, único absoluto de sua caminhada.

Vamos tratar esta temática privilegiando três focos de tensão em nossos dias. Sem dúvida uma escolha subjetiva sujeita a alternativas possíveis e justificadas, mas que, em nossa opinião, aponta para pontos nevrálgicos da missão pastoral da Igreja. O primeiro deles trata da situação da *fé hoje*,

vista não tanto em seu conteúdo (também importante), quanto em seu ponto de partida, a saber, trata do acesso ao ato de fé. Em seguida examinaremos a necessária *conversão eclesial* que tanto diz respeito aos membros da Igreja (nova mentalidade), como a seu aspecto institucional (nova configuração). Finalmente, abordaremos um componente da vida eclesial que deveria ser mais reconhecido e valorizado, a saber, a ação do Espírito Santo ou a *dimensão mística e existencial* da fé cristã.

I. Crer e transmitir a fé em nossos dias

1) A importância da experiência pessoal

O fim de uma época histórica caracterizada como a *crístandade* vem sendo experimentado por todos nós em meio à preocupação, desânimo, sentimento de insegurança, e até mesmo angústia. A visão cristã da realidade com sua mensagem orientava as mentes e com suas normas ordenava a vida social. Ela conseguia se fazer presente e atuante nos mais diversos setores da vida humana: familiar, profissional, cultural, econômica, política, etc. A identidade social de cada indivíduo já lhe era dada por este seu contexto sociocultural e religioso. Entretanto, como sabemos, a hegemonia da visão cristã irá se enfraquecendo no decorrer da história devido ao desenvolvimento das ciências experimentais, à emancipação do poder político da tutela religiosa (especialmente por razão das guerras internas ao cristianismo no século XVI), à emancipação da economia que, como os demais setores vitais e sociais, passa a gozar de própria racionalidade e normatividade sem necessitar recorrer à moral como outrora. Daí o surgimento de setores sociais múltiplos com linguagens e práticas próprias. A sociedade perde a homogeneidade e a unidade do passado e se torna assim uma *sociedade pluralista*, como hoje a conhecemos.

Entretanto, sabemos que os diferentes setores sociais, embora gozando de cidadania numa sociedade democrática, não detêm com a mesma força um poder de influência nesta sociedade. Pois o enorme desenvolvimento das ciências exatas e experimentais moldou lentamente um tipo de *racionalidade* assim dita científica que desvaloriza qualquer saber que não provenha da experiência e seja por ela comprovado. Assim um tipo de conhecimento acaba por se impor como o único e autêntico conhecimento sem mais, tornando problemáticas e degradando as outras modalidades do saber humano que buscam respostas para questões que ultrapassam o conhecimento empírico e limitado das ciências exatas. Naturalmente dentro desta perspectiva tudo o que não for diretamente objeto de experiência verificável passa a ser considerado ilusão, imaginação, projeção de sonhos.

des e os anseios pessoais de realização, de bem estar e de proveito próprio. Pois a recusa a qualquer instância que venha “de fora” torna o sujeito prisioneiro de si mesmo ao buscar um caminho de autorrealização, sem falar dos problemas que cria para a convivência social com os demais. Tal postura no setor da religião terminaria em sua forma extrema em considerá-la apenas como um *meio* para sua felicidade pessoal, nivelando-a ao âmbito da autoajuda e privando-a de sua característica de abertura ao Transcendente ou de receptividade a valores que ultrapassem os limitados valores pessoais. Entretanto deve ser observado que o contexto sociocultural individualista não significa que seus membros devam forçosamente viver de modo individualista, pois muitos só encontram nas Igrejas as referências vitais que procuram, embora o compromisso com a instituição tenha se enfraquecido devido ao impacto da sociedade pluralista⁷.

2) A transmissão da fé

Sem pretender um estudo exaustivo do ensinamento do Concílio Vaticano II sobre a transmissão da fé gostaríamos de chamar a atenção para algumas de suas características que são de muita importância para nossa reflexão. A primeira delas diz respeito ao que é transmitido: não só palavras, doutrinas, normas, mas uma verdadeira comunicação dos *dons divinos* (DV 7), a saber, da própria plenitude de Deus a nós doada. Esta acontece já na geração apostólica através não só da “pregação oral”, mas ainda dos “exemplos” e das “instituições” que os apóstolos aprenderam das “palavras, da convivência e das obras de Cristo”, ou das “sugestões do Espírito Santo”, sob cuja inspiração as puseram por escrito (DV 7). Com outras palavras, a *experiência viva* com a pessoa de Cristo através da convivência, não expressa em palavras, mas sedimentada na existência concreta de discípulos é também transmitida. Portanto, transmissão de uma experiência vital que vai além dos conceitos⁸.

Daí poder o Concílio afirmar que a Igreja “em sua doutrina, vida e culto perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê” (DV 8). A tradição vem assim identificada com o próprio ser e com a própria fé da Igreja, na qual está presente não só o que vem expresso no ensino oficial, mas também o *não dito* e mesmo o que não consegue ser dito da vida cristã autêntica⁹. No parágrafo seguinte o Concílio caracteriza esta tradição como dinâmica e aponta tanto aqueles que a geram quanto aqueles que a levam adiante. “Esta Tradição, oriunda dos Apóstolos, progridi-

⁷ TAYLOR, Charles. *Varieties of Religion Today. William James Revisited*. Cambridge: Harvard University Press, 2003, p. 100-112.

⁸ RATZINGER, Joseph. Comentário à Constituição Dogmática sobre a Divina Revelação. In: *Das Zweite Vatikanische Konzil. LThK II*, Freiburg: Herder, 1967, p. 516.

⁹ *Ibid.* p. 519.

de na Igreja sob a assistência do Espírito Santo: cresce, com efeito, a compreensão tanto das coisas como das palavras transmitidas, seja pela contemplação e estudo dos que creem, os quais as meditam em seu coração (cf. Lc 2,19 e 51), seja pela íntima compreensão que experimentam das coisas espirituais, seja pela pregação daqueles que com a sucessão do episcopado receberam o carisma seguro da verdade. A Igreja, pois, no decorrer dos séculos, tende continuamente para a plenitude da verdade divina, até que se cumpram nela as palavras de Deus” (DV 8).

Aqui aparece que a concepção católica de Tradição não é estática e nem meramente repetitiva, já que ela “progride”. Sua evolução compete não apenas à hierarquia, já que se fundamenta na vida de fé de *toda a Igreja*, em sua experiência espiritual, em seu relacionamento com Jesus Cristo, em sua oração e estudo. É também a vivência de todos seus membros que possibilita ser a Palavra salvífica de Deus uma realidade sempre *atual* no decurso da história, pois ao ser anunciada pela comunidade dentro dos respectivos contextos socioculturais, torna-se capaz de ser entendida pelas sucessivas gerações. Neste processo desempenha a hierarquia um papel importante, como instância crítica (interpretação autêntica), mas não produtiva¹⁰. De fato, a conservação, o exercício e a profissão da fé transmitida é tarefa de toda a Igreja (*tota plebs sancta*), pastores e fiéis não ordenados em estreita colaboração (DV 10)¹¹.

Portanto, a transmissão da fé consiste em passar a uma outra geração a *experiência salvífica* vivida na adesão à pessoa de Jesus Cristo como o sentido último e a verdade definitiva da existência humana. Trata-se de comunicar uma realidade viva, presente e atuante nas palavras e nas ações da precedente geração cristã, enquanto decorrem e manifestam a experiência plenificante da fé vivida. Portanto, transmite-se uma *realidade viva* e atual, transmite-se o próprio Deus doando-se a si próprio na pessoa de Cristo-verdade e do Espírito-força. Assim a transmissão da fé não consiste primeiramente em comunicar doutrinas e normas, embora estas últimas estejam nela implicadas. Entretanto, e tenhamos isto bem claro, ao acolher a realidade salvífica na fé, ao vivê-la como fator nuclear de sua existência, o cristão sempre o faz a partir de seu horizonte de compreensão, de sua linguagem, de sua perspectiva de leitura. A apropriação de uma verdade de fé não pode prescindir do sujeito que dela se apropria, e este sempre se encontra condicionado por sua época e por seu contexto. A compreensão de uma realidade histórica leva sempre embutida uma interpretação inevitável por parte de quem a compreende. Como já se disse, a tradição é a historicidade da fé, é a fé que se pensa no curso da história¹².

¹⁰ *Ibid.* p. 520.

¹¹ Já que nem tudo o que se encontra na Igreja é tradição legítima, deveria o Concílio oferecer, à luz da Escritura, critérios para distinguir as tradições autênticas das outras deformadas. Uma lacuna conciliar deplorada por J. Ratzinger (art. cit. p. 519; 524).

¹² MOINGT, Joseph. *Croire quand même*. Paris: Temps Présent, 2010, p. 177.

3) Consequências para a pastoral

Como vimos, a transmissão da fé é legar para outra geração a experiência como uma realidade viva, polarizadora, abrangente, que é o próprio Deus se entregando a nós. O ato de fé é acionado pelo mesmo Deus que nos leva a acolhê-lo e esta ação de Deus é por nós percebida, embora discreta e misteriosa como costuma ser a atuação do Espírito Santo em nossa vida. Vimos que as necessárias mediações para que esta realidade nos seja consciente, a saber, a família, a Igreja e a sociedade, todas outrora imbuídas de valores cristãos, diminuíram ou quase desapareceram em nossos dias. As mudanças que nos ocorrem dizem respeito a uma linguagem mais atualizada da proclamação, a novas práticas de cunho cristão, à revisão das celebrações sacramentais, à insistência no que é central na fé cristã, a uma maior ênfase na graça do que no pecado, ao fomento de comunidades menores, à maior participação de leigos e de leigas na missão da Igreja, para só citar algumas transformações que se impõem diante dos desafios de hoje.

Entretanto devemos afirmar que elas são, de um lado, necessárias, mas, de outro, insuficientes. Pois todas elas pressupõem, implícita ou explicitamente, os fiéis apenas como meta da pastoral, e não como *sujeitos*, deixando-os de fora do urgente processo das transformações requeridas. Assumi-los como auxiliares e colaboradores, tal como acontece em muitas partes, não significa reconhecê-los plenamente como participantes ativos da missão da Igreja. Tentação constante na Igreja é proferir afirmações sem oferecer as condições para que elas possam se tornar realidade¹³. Nesta questão há, sem dúvida, um processo em andamento, com idas e vindas, desde o Concílio Vaticano II, mas ainda modesto diante do desafio da evangelização no mundo de hoje. Entre as várias razões que poderiam ser mencionadas nos parece que a Igreja não conhece devidamente o seu auditório, que ela desconhece a realidade em que vivem nossos contemporâneos, tornando assim ineficazes seus esforços pastorais.

Porém o conhecimento de nossos contemporâneos só se tornará realidade se a Igreja *souber escutá-los*. Aí então se manifestarão seus modos de encarar a vida, seus sonhos e seus medos, os desafios concretos que enfrentam diariamente, sua linguagem, seus valores e suas angústias. Os responsáveis na Igreja têm que mudar sua atitude de medo (ouvirão talvez coisas inapropriadas), para uma atitude de confiança, acolhendo o que há de verdade e de autenticidade nestas expressões que nos são pouco familiares. Sem dúvida alguma falta ainda na Igreja um espaço no qual os fiéis possam se expressar livremente, e não só os fiéis mas toda a sociedade, como buscava o cardeal Carlos Martini com grupos que deram lugar ao “pátio dos gentios”. Nossas instituições não estão preparadas para ouvir em seu interior vozes dissidentes que, desde que buscando a verdade e o

¹³ MIRANDA, Mario de França. É possível um sujeito eclesial?. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte 43, 2011 p. 55-82.

bem comum, muito poderiam ajudá-las em sua missão evangelizadora. Penso, sobretudo, nas Universidades Católicas, que deveriam ser um espaço privilegiado para o encontro da fé com a cultura, mas nas quais se encontram emudecidas as vozes mais conscientes por não estarem tão sintonizadas com a linguagem oficial do magistério. Nossa sociedade é pluralista e ela está dentro de nossas instituições, que não mais podem desempenhar o papel de ilhas de cristandade no mundo atual.

A fé cristã é *salvífica*, constitui um encontro com Deus que realiza e plenifica o ser humano. Portanto, ao ser apresentada deve levar em conta este ser humano concreto, com suas limitações e carências, para que esta oferta de sentido e de vida possa realmente lhe ser *significativa*, pertinente, esperançosa. Naturalmente isto não significa rebaixar a mensagem cristã ao nível das necessidades humanas, tentação já mencionada anteriormente, mas, na fidelidade a sua verdade, apresentá-la como atual e digna de credibilidade em nossos dias. Mas como realizar tal missão salvífica desconhecendo nossos contemporâneos?

O conhecimento adequado das *condições de vida* dos nossos contemporâneos, bastante duras e sofridas para muitos devido à lógica capitalista que rege hoje a vida social, levaria a Igreja a considerar com mais cuidado as possibilidades de cada pessoa em face das exigências inerentes ao seguimento de Cristo. Nossos discursos e nossas pastorais são universalizadoras por desconhecem o contexto vital, a história pessoal, as limitações de cada um, penalizando e discriminando aqueles que não conseguem se enquadrar no quadro ideal apresentado. Exigir de cada um o passo que ele realmente possa dar constitui um grande desafio pastoral, mas que deve ser encarado se queremos resolver o problema dos "afastados da Igreja" manifestado em Aparecida (DAp 173).

A urgência de *experiências qualificadas* dada a ineficácia de discursos e normas em nossos dias representa sem dúvida outro sério desafio para uma nova evangelização. Experiências fortes de cunho explicitamente religioso como em peregrinações ou em encontros monumentais de juventude podem fazer deslanchar uma caminhada para uma fé adulta e responsável. Mas também experiências sem etiquetas religiosas, mas profundamente cristãs podem desempenhar o mesmo papel mediador da fé, como os compromissos em favor dos mais pobres, as experiências de voluntariado, as atividades assistenciais, as iniciativas de promoção humana, as vivências fortes de vida comunitária. Naturalmente tais experiências, embora evangélicas, só serão devidamente entendidas e valorizadas *como cristãs* por meio de uma compreensão cristã das mesmas, já que toda experiência humana é sempre experiência interpretada¹⁴.

¹⁴ Outra consequência mais desafiante está na instituição do *catecumenato* enquanto entrada progressiva, experimentada e amparada pela comunidade eclesial, na vida de fé, como emergiu em Aparecida (DAp 276-346). Se levada a sério implica sérias mudanças na pastoral tradicional de nossas paróquias e na própria instituição paroquial.

II. A imprescindível conversão

A transmissão da fé, tornada problemática em nossos dias, é apenas uma das realidades que pedem mudanças na Igreja. Poderíamos acrescentar outras como uma devida valorização da Igreja Local, um maior espaço ao laicato também no interior da Igreja, uma descentralização de seu governo, uma adequada seleção e formação dos candidatos ao presbiterato, uma outra atitude diante da mulher, entre outras. Mudanças que se impõem, mas de *difícil realização*. Pois o peso de hábitos adquiridos, de práticas familiares, de compreensões tradicionais de Igreja que nos foram legadas, todos estes fatores constituem um horizonte estável e conhecido que não queremos abandonar porque nos proporciona estabilidade e segurança. Toda instituição busca se autopreservar, e a Igreja não constitui exceção a esta tendência¹⁵. Embora sua história nos comprove como passou por transformações institucionais ao longo de dois milênios de existência, mesmo assim constatamos forte resistência às necessárias mudanças.

Naturalmente nesta resistência se encontra subjacente uma *eclesiologia deficiente* que considera a Igreja uma instituição voltada mais para seus membros, enquanto os ajuda em sua caminhada para Deus com a proclamação do Evangelho e com a administração dos sacramentos. Uma Igreja situada ao lado da sociedade como outra sociedade perfeita (Bellarmino), e não tanto voltada toda ela *para* esta sociedade, tendo no serviço a esta mesma sociedade sua razão de ser. Pois exatamente aqui surge o imperativo para as mudanças institucionais: por apresentar-se com mentalidades e estruturas ultrapassadas para a época, ela acaba por não ser mais entendida, acolhida, significativa para a sociedade. Com outras palavras, sua configuração fenomenológica não mais traduz sua realidade teológica. Daí a urgência de mudanças.

Não negamos que ao lado desta inércia eclesiológica também fatores de *cunho pessoal* constituam resistências significativas. Cargo de poder, de prestígio, de influência, ciência teológica reconhecida e louvada, comodismo que não quer mudar, preguiça que não quer pensar, deficiência da fé em Deus, medo do novo, fragilidade psicológica, conhecimento de mudanças exageradas e precipitadas ocorridas no passado são fatores que emperram sensivelmente o processo renovador, embora atuem disfarçados em discursos e apologias a favor de uma tradição mal entendida.

1) A conversão como imperativo do Evangelho

Diante deste quadro se deve enfatizar como fator decisivo para o futuro da Igreja um componente da mensagem cristã conhecido como *conversão*. Se

¹⁵ FAIVRE, Alexandre. *Chrétiens et Églises. Des identités en construction*. Paris: Cerf, 2011, p. 12s.

formos buscar no Novo Testamento a compreensão cristã de conversão veremos que não se trata somente de uma mudança de vida de cunho moral, tal como foi pregada por João Batista na linha dos profetas como pressuposto para se obedecer à vontade divina¹⁶. Bem diverso é o sentido que lhe dá Jesus em sua proclamação: *Completo-se o tempo, e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede na Boa-Nova* (Mc 1,15). Aqui a conversão está intimamente relacionada com o anúncio do Reino e com a pessoa de Jesus, pois significa acolher sua mensagem e aderir a seu movimento. Assim ela vai além de uma recusa ao pecado e de uma volta para Deus, visto que consiste em *já acolher na fé* a salvação definitiva de Deus na pessoa de Jesus Cristo como núcleo e fundamento da própria existência¹⁷.

A necessidade desta conversão *não exclui* os já cristãos como nos advertem os textos neotestamentários. As admoestações aparecem na segunda Carta de Pedro (2Pd 2,20s), na Carta de Judas (Jd 4-6), na versão de Mateus da parábola do banquete de casamento (Mt 22,1-14), que termina alertando os cristãos de que “muitos são chamados, mas poucos são escolhidos” (Mt 22,14), na censura aos relapsos na Carta aos Hebreus (Hb 6,4-8), nos avisos às Igrejas no Apocalipse (Ap 2,4s; 2,16; 3,3; 3,19). Portanto, a fé autêntica, salvífica, implica a conversão, que constitui assim uma *atitude fundamental* na vida do cristão¹⁸. Esta conclusão revela sua enorme importância para a Igreja hoje se compreendemos melhor o que significava a proclamação do Reino feita por Jesus.

A expressão “Reino” enquanto procura traduzir a *basileia* grega não faz justiça ao termo *malkuta* (aramaico) que seria mais bem expresso por *soberania*, o qual conserva mais o caráter dinâmico de um acontecimento que irrompe e que continua irrompendo, embora o termo Reino aponte para o âmbito onde esta soberania se realiza (Mc 10,15). De qualquer modo, fundamental aqui é notar que Jesus não fala sobre a soberania de Deus, mas proclama-a publicamente como *realidade presente* que exige de Israel a conversão para acolhê-la. O agir de Deus precede a resposta do ser humano e a possibilita; a conversão é consequência da salvação já presente. Se o texto fala do Reino de Deus que está *próximo* é porque a resposta do Povo de Deus ainda não foi dada, depende de sua decisão. Daí o pedido “venha o teu Reino” (Mt 6,10). Pois as pessoas costumam reagir negativamente quando Deus irrompe em suas vidas, preferindo adiar o Reino e não viver já sob a soberania de Deus. O “hoje” de Jesus na sinagoga de Nazaré (Lc 4,21) provocou rejeição, e este “hoje” vale também para nossos dias, já que Deus continua nos oferecendo sua salvação definitiva

¹⁶ NEUHAÜSLER, Engelbert. *Exigence de Dieu et morale chrétienne*. Paris: Cerf, 1971, p. 180ss.

¹⁷ W. TRILLING, Wolfgang. *Metanoia als Grundforderung der neutestamentlichen Lebenslehre*. In: STACHEL, G.; ZENNER, A. (Hrsg.). *Einübung des Glaubens*, Würzburg, 1965, p. 179s.

¹⁸ *Ibid.* p. 190.

na pessoa de Jesus Cristo, portanto, uma *oferta atual* que pede uma resposta. Esta resposta consiste em nossa conversão, em mudanças sérias em nossa existência que implicam opções e renúncias, pois a soberania de Deus não é a dos homens, passa pelo abaixamento e pela morte, e aí está o seu triunfo, como nos demonstra o destino de Jesus Cristo. “A soberania de Deus só pode acontecer onde o ser humano esbarra em seus limites, onde não consegue conhecer mais, onde se abandona, onde dá espaço para Deus, de tal modo que Deus possa agir. Somente aí, nesta zona do contínuo morrer e ressuscitar, começa a soberania de Deus”¹⁹.

Esta soberania de Deus é um acontecimento que se realizará na história através de um *povo* como nos mostra a profecia de Daniel: “A soberania, o poder e a grandeza de todo o Reino que debaixo do céu existe serão entregues ao povo santo do Altíssimo” (Dn 7,27). Ela inclui a vocação de Abraão para constituir um povo, pequeno e frágil, destinado a levar a salvação de Deus aos outros povos, não pela força, mas pelo exemplo de vida no respeito à liberdade dos demais (Gn 12,1-3). O desígnio divino é transformar toda a sociedade, até constituí-la como “nova Jerusalém” e “cidade santa” (Ap 21,2), pois só com a transformação da sociedade, presa da injustiça, do egoísmo e da violência, pode o ser humano experimentar o que seja salvação, redenção, paz, bênção, justiça²⁰. Daí a grande responsabilidade de Israel: manifestar a soberania de Deus acontecendo na história, visível e bem localizada. Pois a eleição se deu *em favor dos outros povos*. O papel decisivo de Israel na economia salvífica é pressuposto por Jesus ao constituir os doze apóstolos, simbolizando a reunião das doze tribos, a saber, o povo de Israel com sua missão de levar a toda a terra a soberania de Deus, já preanunciada na profecia da peregrinação dos povos em Isaías (Is 2,1-5). Daí a afirmação taxativa do Concílio Vaticano II: “A Igreja... recebeu a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus, de estabelecê-lo em todos os povos e deste Reino constitui na terra o germe e o início” (LG 5), sendo assim considerada “sacramento universal da salvação” (LG 48).

Os desvios encontrados por Jesus na religião de seu tempo o levarão a *exigir mudanças*, tanto por parte dos responsáveis quanto por parte das instituições. São bem conhecidas suas discussões com os fariseus, (embora os relatos evangélicos deixem transparecer já a polêmica posterior entre cristãos e judeus), a crítica feita por Jesus às autoridades religiosas por terem abandonado o povo (como ovelhas sem pastor), enfatizando a importância da pessoa humana sobre a lei, o culto, as práticas religiosas, os tempos e lugares sagrados, ou o valor da misericórdia divina a ser seguida pelos seus seguidores, o distanciamento que manteve com relação às instituições respeitadas por seus contemporâneos, mas fontes de poder, de

¹⁹ LOHFINK, Gerhard. *Jesus von Nazaret. Was er wollte, wer er war*. Freiburg: Herder, 2011, p. 58s.

²⁰ Mais detalhadamente: LOHFINK, *Deus precisa da Igreja?*. S. Paulo: Loyola, 2008, p. 50-79.

vaidade e de cobiça. A vertente profética do comportamento de Jesus exigia mudanças tanto das mentalidades quanto das instituições religiosas. No fundo Jesus pretendeu fazer voltar o povo de Israel à sua identidade autêntica, à sua missão primeira de manifestar na história para as demais nações a soberania de Deus, a verdadeira face de Deus, o culto que lhe agrada, o comportamento humano que lhe corresponde, o núcleo autêntico da Torá, a sociedade que dele decorre²¹. Daí sua proclamação: “Convertei-vos e crede na Boa-Nova” (Mc 1,15).

2) A conversão pastoral na Assembleia Episcopal de Aparecida

Embora sejam diversos os fatores incidentes no judaísmo dos anos de Jesus e na Igreja em nossos dias, não podemos ignorar as semelhanças presentes em ambas as situações. Pois o momento crítico atravessado pela Igreja, sentido por todos nós e motivo do apelo a uma “nova evangelização”, tem sua raiz no *descompasso* entre, de um lado, as concepções da fé cristã com suas respectivas estruturas eclesiais e, de outro, a vida concreta dos fiéis, a adequada missão da Igreja para nossos dias. O que já vinha sendo preocupação de teólogos e sociólogos nos últimos decênios, o que explica o próprio Concílio Vaticano II, os anos turbulentos que se seguiram a este grande acontecimento, o atual conflito de interpretações do mesmo, acabou emergindo claramente na última Assembleia Episcopal do CELAM em Aparecida.

Seus textos não permitem qualquer dúvida sobre esta constatação. “Não resistiria aos embates do tempo uma fé católica reduzida a uma bagagem, a um elenco de algumas normas e de proibições, a práticas de devoção fragmentadas, a adesões seletivas e parciais das verdades da fé, a uma participação ocasional em alguns sacramentos, à repetição de princípios doutrinários, a moralismos brandos ou crispados que não convertem a vida dos batizados” (DAp 12). E mais adiante: “O projeto de Jesus é instaurar o Reino de seu Pai. Trata-se do Reino da vida. Por isso, a doutrina, as normas, as orientações éticas e toda a atividade missionária das Igrejas, devem deixar transparecer essa atrativa oferta de vida mais digna, em Cristo, para cada homem e para cada mulher da América Latina e do Caribe” (DAp 361). Os bispos em Aparecida deixaram claro que se devem “abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé” (DAp 365) ou que “a necessidade de uma renovação eclesial implica reformas espirituais, pastorais e também institucionais” (DAp 367).

Porém, como pressuposto e condição para esta renovação, se faz necessária a *conversão pessoal* como o fator que “desperta a capacidade de submeter tudo ao serviço da instauração do Reino da vida” (DAp 366). Como já aparecia na proclamação de Jesus, o chamado à conversão está *intimamente relacionado* com a irrupção da soberania de Deus, a saber, com a missão

²¹ LOHFINK, Gerhard. *Jesus von Nazaret*, p. 273-308.

fundamental da Igreja, com sua mesma razão de ser. Nesta exigência de conversão está subentendido o que vem afirmado enfaticamente ao longo de todo o documento: todos são Igreja, todos participam de sua missão, todos são responsáveis pela promoção do Reino de Deus. O imperativo de conversão é dirigido a *todos* na Igreja.

Entretanto o texto de Aparecida fala também de uma *conversão pastoral* que é caracterizada como uma atitude permanente “que implica escutar com atenção e discernir ‘o que o Espírito está dizendo às Igrejas’ (Ap 2,29) através dos sinais dos tempos em que Deus se manifesta” (DAP 366). Sem ulterior clarificação o documento apenas menciona duas exigências decorrentes desta conversão pastoral: “que as comunidades eclesiais sejam comunidades de discípulos missionários”, responsáveis e participantes (DAP 368), e “que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária” (DAP 370). A menção das primitivas comunidades cristãs como modelo paradigmático desta renovação é importante, pois o texto esclarece que elas “souberam buscar novas formas para evangelizar de acordo com as culturas e as circunstâncias” (DAP 369).

Valorizamos o Documento de Aparecida porque ele representa, feita pela Igreja Latino-americana, reunida num clima de oração e reflexão guiado pelo Espírito Santo, a percepção lúcida sobre a tarefa missionária que compete a todos neste momento histórico. Os bispos pleiteiam uma mudança de mentalidade eclesial por parte dos fiéis, especialmente do clero (DAP 213), que equivale a uma *verdadeira conversão*, bem como transformações estruturais vistas como obstáculos à evangelização em nossos dias (DAP 365). Deste modo, não lhes passou despercebido que ambas devem ser transformadas, pois ambas interagem continuamente, se condicionam e se influenciam mutuamente. Não pode haver uma Igreja de comunhão e participação se não existem estruturas de comunhão e participação. Mas estas últimas, por sua vez, enquanto são produção humana, dependem de pessoas conscientes de sua necessidade e devidamente qualificadas para constituí-las.

3) *As modalidades de conversão*

Bernard Lonergan distingue três modalidades de conversão: a intelectual, a moral e a religiosa que, embora diversas, estão relacionadas entre si²². Entendemos a nosso modo a *conversão intelectual* como um ultrapassar o nível das impressões primeiras e imediatas ao buscar seriamente conhecer a realidade ou abordar a questão que defrontamos. Muito ajuda saber que o nosso conhecimento é sempre um conhecimento interpretado, já que sempre enquadramos o objeto conhecido no interior do nosso horizonte de compreensão. Portanto, o que chamamos de realidade ou de objetividade contém sempre uma *perspectiva própria* de leitura embutida. Este ponto

²² LONERGAN, Bernard. *Method in Theology*. New York: Herder and Herder, 1973², p. 238.

é deveras importante, pois só *conscientes deste fato* poderemos realizar uma autêntica conversão intelectual, isto é, só então estaremos capacitados a ultrapassar o nosso próprio horizonte e poder captar e acolher, se for o caso, as leituras da realidade, feitas em outros horizontes, e o que elas nos dizem. E devido à história pessoal de cada pessoa, a sua formação, a seu contexto sociocultural, a suas experiências vitais, aos seus interesses, podemos certamente esperar que os horizontes sejam múltiplos e variados.

Muitas desavenças, tensões, desentendimentos, observados hoje na Igreja, podem provir de compreensões realizadas em horizontes diferentes, explicando, em parte, o conflito das interpretações do Concílio Vaticano II. Creio que a noção de historicidade é ainda um forte divisor de águas em nossos dias, bem como a não aceitação dos métodos modernos de exegese bíblica. O mesmo nós poderíamos afirmar da noção de ministério eclesial, de autoridade eclesiástica, de configuração da instituição eclesial, da dimensão social da fé cristã. Acompanhar a ação do Espírito Santo ao longo da história, *discernir corretamente seus desígnios*, sintonizar com as expectativas do Povo de Deus e com as diretrizes do magistério não é tarefa fácil, pois exige estudo sério, abertura para o diferente, ultrapassar mesmo que parcialmente o seu próprio horizonte, buscar sinceramente a verdade.

A *conversão moral* consiste em se orientar, ao tomar decisões, por *critérios de valor* e não de satisfação pessoal. Pois o que optamos reflui sobre nós, afeta nossa pessoa, decide o que queremos ser. A conversão moral opta para o que realmente é valor, é bem, mesmo que sacrifique minha satisfação, quando esta conflita com algum valor. Conversão mais do que necessária ao constatarmos, por vezes, atitudes e decisões decorrentes do desejo de aparecer, de ser popular, de ter poder, de apoiar-se num grupo, de salvar sua imagem, de evitar conflitos pessoais, de agradar aos poderosos, de continuar usufruindo vantagens e privilégios. Hoje a pressão da cultura utilitarista que endeusa a produtividade e a eficácia dificulta sobremaneira as decisões éticas e exige de todos nós uma autêntica conversão moral. Assim é também a conversão moral um transcender o próprio egocentrismo. Naturalmente ela irá motivar e desencadear a mencionada conversão intelectual.

A *conversão religiosa* diz diretamente respeito a Deus que nos ama, que se entrega a nós e que provoca em cada um de nós uma aceitação irrestrita, total, um abandono confiante que chamamos de fé. É o amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espírito Santo (Rm 5,5), prévio ao nosso conhecimento, que nos incita à busca pelo Transcendente, pelo Mistério, por Deus. A conversão religiosa nos leva a tudo relativizar diante deste Amor incondicionado, ela nos possibilita sermos *livres*, olhar a realidade com outros olhos, nos faz deixar Deus ser Deus, ser Senhor de nossas vidas, razão última de nosso agir, sempre subjacente e atuante em nossas decisões concretas. Ela fundamenta a conversão intelectual e moral.

Bem observada, esta tríplice conversão significa fundamentalmente uma *mudança decisiva* na própria pessoa que se transforma ao ultrapassar seu

limitado horizonte, seu autocentramento, os obstáculos à sua liberdade na entrega irrestrita a Deus. Suas interpretações dos fatos, suas diretivas para a ação, suas atitudes diante das questões que surgem ou dos conflitos que irrompem, seriam diferentes se a conversão não estivesse subjacente. Entretanto ter uma consciência lúcida com relação à urgência da tríplice conversão não significa que já a vivamos plenamente na vida real. Ela vai constituir todo um processo em nossa vida à semelhança da conversão apregoada por Jesus Cristo²³.

Certamente a *nova evangelização* vai exigir mudanças na Igreja, como já perceberam os bispos em Aparecida. As resistências que encontram tais mudanças, desde que consoantes com a grande tradição da Igreja e solicitadas pela sociedade a ser evangelizada, denotam no fundo certa *insuficiência de conversão* por parte dos fiéis, laicato e hierarquia. Sabemos, por exemplo, que a oposição a textos do Vaticano II proveio de uma não percepção de verdades provindas da época patristica, que constituíam uma volta às fontes e não uma ruptura com a autêntica tradição²⁴. Igualmente a defesa do status quo e a resistência a mudanças podem nascer do apego ao poder, ao prestígio, ao comodismo enquanto carência da conversão moral. Quem pode negar que certa mentalidade e certa configuração eclesial brotam não da mensagem evangélica, mas de interpretações e instituições realizadas no passado por pessoas carentes de autenticidade cristã? Somos Igreja e não somos melhores dos que nos precederam. A conversão também é para cada um de nós um *imperativo urgente* se queremos colaborar verazmente para uma nova evangelização.

III. Resgatar o núcleo existencial e místico da fé cristã

1) Sua importância na atual sociedade

O fato de o cristianismo depois dos séculos iniciais ter se tornado a religião oficial e dominante no continente europeu deu lugar ao que chamamos hoje de *cristandade*. Esta configuração histórica da fé cristã, embora ofereça o testemunho de muitos santos e santas que viveram autenticamente a fé cristã, contudo se preocupou mais com a unidade e a coesão do corpo

²³ HÄRING, Bernhard. Per una conversione alla nonviolenza [entrevista]. *Il Regno* n. 569, v. 6, mar. 1987, p. 157-161, 161: "E devemos estar muito atentos às bem-aventuranças: 'Felizes os puros de coração; eles verão a Deus'. O conhecimento salvífico, o conhecimento das coisas de Deus pede uma excelente pureza de motivações: quem quer fazer carreira, quem não quer ser perturbado nem pelo centro e nem pela periferia, quem segue uma tática para agradar a todos ou ao menos aos poderosos se coloca fora da ciência sagrada. Nem mesmo a epistemologia mais elaborada poderá cobrir a sua nudez ou abrir os seus olhos, se lhe falta a absoluta retidão, a humilde coragem de servir e não de se servir".

²⁴ O'MALLEY, J.W. "The Hermeneutic of Reform": A Historical Analysis. *Theological Studies*, n. 73, 2012, p. 517-546, 539.

eclesial insistindo na exatidão das expressões doutrinárias e na clareza das normas canônicas. Na mesma linha se situa uma catequese padronizada e práticas religiosas a serem observadas por todos. Pensemos na obrigação dominical da Missa, nas práticas devocionais, na redução da vida interior a alguns atos ou atividades externas, na preocupação primeira em não pecar, que podem ter ocasionado o que Bento XVI chama de “fiéis de rotina que na Igreja não veem senão uma instituição”²⁵. E aí chega mesmo a afirmar, aludindo à afirmação de Jesus de que os publicanos e as prostitutas vos precedem no Reino de Deus (Mt 21,31), que hoje ela corresponderia aos agnósticos perturbados pela questão de Deus e aos pecadores sofrendo com seus pecados e desejando um coração puro. O papa observa ainda que em nosso rico mundo ocidental, muitas pessoas não experimentam a bondade de Deus, que na Alemanha a Igreja está excelentemente organizada, mas que devemos reconhecer que há um excesso de estruturas com relação ao Espírito²⁶.

Devemos reconhecer que *herdamos* um catolicismo onde o hierárquico vale mais que o comunitário, a fidelidade à lei sobrepuja a docilidade ao Espírito, a palavra deprecia o silêncio, a organização e a eficácia dominam as atenções, as celebrações não mais remetem para além de si os seus participantes, não mais os colocam diante do Deus Vivo, não mais lhes proporcionam uma experiência salvífica. Infelizmente, com honrosas exceções, a Igreja está assim estruturada e esta configuração determina fortemente a mentalidade dos católicos. Para que Deus seja mais que uma simples palavra em seus lábios os fiéis necessitam de uma autêntica conversão que se fará gradativamente. Vejamos brevemente alguns pontos que poderão melhor realçar a importância da dimensão existencial e comunitária da fé cristã.

Numa sociedade pluralista e secularizada deve-se enfatizar que a fé é uma *opção livre* que distingue o cristão de seus semelhantes. Significa acolher o gesto salvífico de Deus em Jesus Cristo possibilitado pelo Espírito Santo que não tolhe a liberdade humana. “Ninguém deve ser forçado contra sua vontade a abraçar a fé” (DH 10). Só assim se respeita a pessoa humana como ser responsável e capaz de determinar livremente sua existência. Num ambiente de liberdade religiosa a opção cristã é mais consciente e real (DH 10), e menos uma fé institucionalizada e de certo modo passivamente professada. É no risco de investirmos nossas vidas em Jesus Cristo que encontramos o Deus vivo e verdadeiro!

Deve-se também corrigir o déficit pneumatológico da tradição ocidental. Não podemos esquecer a importância da *ação do Espírito Santo* que an-

²⁵ BENTO XVI, Homilia no Aeroporto de Friburgo. *Documentation Catholique*, n. 2477, 2011, p. 955.

²⁶ BENTO XVI. Discurso ao Comitê Central dos Católicos Alemães, *Documentation Catholique*, n. 2477, 2011, p. 948.

tecede a opção livre da fé. Sabemos que a fé é um dom de Deus, que ninguém confessa Jesus como Senhor a não ser na força do Espírito (1Cor 12,3), mas em nossa vida cristã e na prática pastoral não valorizamos devidamente esta verdade da fé. A palavra interna precede a palavra externa, como nos mostra o episódio de Lídia (At 16,14). Daí a pertinência da afirmação da Constituição Dogmática *Dei Verbum*: "Para que se preste esta fé, exigem-se a graça prévia e adjuvante de Deus e os auxílios internos do Espírito Santo, que move o coração e converte-o a Deus, abre os olhos da mente e dá a todos suavidade no consentir e crer na verdade" (DV 5).

Não esqueçamos, como, talvez, se deu na época da cristandade, que crer é um *evento salvífico* na vida da pessoa e que é, de certo modo, por ela *experimentado*. Pois na opção de fé é o próprio Deus doando-se a nós que é acolhido, só aí a iniciativa salvífica de Deus chega a sua realização. E, como Deus atinge o coração como centro e totalidade da pessoa humana, esta experiência não é meramente intelectual, fornecendo sentido à existência humana, mas também sensível e afetiva, consolando, fortalecendo, animando, pacificando os que a fazem. É a experiência do amor de Deus que chega até nós por seu Espírito e fundamenta nossa esperança (Rm 5,5), dando início a uma *nova existência*. É ela que nos permite viver a vida em profundidade, com suas luzes e sombras, alegrias e sofrimentos, é ela que nos faz experimentar a aventura cristã de dentro e não olhar o Evangelho apenas de fora.

2) A vivência da fé

De fato, *crer* significa confrontar diariamente sua vida com a de Jesus Cristo, plasmá-la gradativamente segundo os critérios evangélicos, assumir um novo modo de olhar e entender a realidade. *Crer* exige ultrapassar os limites do próprio eu, voltado somente para suas necessidades e interesses e dominado por uma racionalidade funcional. Pois ter fé significa ir mais além, confiar numa realidade transcendente, reconhecer que o invisível tem o primado sobre o visível e o aceitar precede o agir. Deste modo a fé tanto orienta o agir, como ilumina o visível. *Crer* significa romper o círculo fechado do nosso egocentrismo em direção aos outros. Pois a fé nos descentra de nós mesmos, leva-nos a viver diante do Mistério que nos obriga a deixar nossas certezas e seguranças, nos sensibiliza diante das carências dos nossos próximos e nos incita a remediá-las. Uma sociedade que desconhece esta abertura e esta sede do ser humano pelo Transcendente permite que seus membros sejam dominados por satisfações imediatas e limitadas, sejam presas fáceis do individualismo e do consumismo, sejam insensíveis à situação dos mais necessitados e excluídos.

Faz-se necessário traduzir para os nossos dias o que Paulo chamava de *nova vida em Cristo*, uma existência humana com sentido e esperança, capaz de amar e perdoar, de relativizar as tribulações e os sofrimentos, de experimentar a alegria de fazer o bem, de injetar amor nas relações huma-

nas, de experimentar a liberdade em meio a tantas pressões do ambiente e, sobretudo, de viver a alegria do amor, realização plena do coração humano. Mas só chegamos a esta realização gradativamente através de um despojamento de nossas seguranças, de nossas certezas, de nossos juízos, de nossos apegos, de nossas referências. Experiência de morte para podermos ressurgir, experiência pessoal do *mistério pascal* à semelhança de Cristo, que nos liberta de representações de Deus e concepções do cristianismo plasmadas segundo nossos interesses.

Pois para a Bíblia, Deus é um mistério inacessível ao ser humano, é uma liberdade absolutamente soberana, que se revela como amor sem perder sua transcendência. A revelação é o desvelar-se do mistério de Deus como mistério, conteúdo central da fé cristã. Aquele que crê não "sabe" mais sobre Deus, mas tem plena lucidez sobre o mistério de Deus e sobre sua ignorância. Entretanto ele *experimenta a autodoação salvífica de Deus*, ou seja, experimenta Deus como amor e como mistério (1Jo 4,8-16). Mais precisamente ele "sente" Deus próximo enquanto sintoniza com esta força que o leva aos outros, enquanto prolonga a autodoação divina com uma autodoação concreta em favor de seu próximo. "O amor vem de Deus e quem ama nasceu de Deus e conhece a Deus" (1Jo 4,7). Sabemos como aqueles que dedicam suas vidas no serviço aos mais pobres e sofridos da sociedade experimentam a dimensão mística da fé, a consolação de um Deus próximo que os ilumina e fortalece nesta missão. Não seria importante para a Igreja focar a pastoral neste ponto, naturalmente sem depreciar o doutrinal e o normativo?

Ainda um ponto. Devido à transcendência de Deus podemos afirmar que todo o cristianismo, em suas múltiplas concretizações, é essencialmente sacramental, pois assinala uma realidade que o ultrapassa. Podemos afirmar isto até de Jesus Cristo, sacramento do Pai, e da comunidade eclesial, "sacramento universal da salvação" (LG 48). São realidades humano-divinas cujo sentido é remeter para além de si mesmas (SC 1) e permitir um encontro e uma experiência com o Transcendente, com Deus. Aí se incluem tanto a Palavra da Bíblia como os sacramentos da Igreja sem deixarmos de mencionar o testemunho de fé dado na vida exemplar de muitos cristãos²⁷. *Se o sinal não remete para além de si, ele se degenera e torna-se rito*. O rito constitui uma ação fechada em si, padronizada, cujo efeito depende da exatidão de sua execução²⁸. Como se preocupou a Igreja no passado, quase que exclusivamente, com a validade e com a correção da ação sacramental! Causa desta queda de sinal para rito pode provir do próprio sinal, que já não mais é captado como tal devido às mudanças socioculturais ocorridas no decurso da história. É o que acontece hoje com a linguagem presente em muitos textos das celebrações sacramentais.

²⁷ "Os fiéis exprimam em suas vidas e aos outros manifestem o mistério de Cristo e a genuína natureza da verdadeira Igreja" (SC 2).

²⁸ CASTILLO, J.M. *Símbolos de Libertad. Teología de los sacramentos*, Salamanca: Sigueme, 1981, p.165-220.

Mas o sinal não consegue realizar seu sentido e sua tarefa não só devido à configuração externa da celebração, mas também à *deficiência interna* por parte do participante, que carece de uma consciência adequada à ação litúrgica. Daí a advertência da Constituição sobre a Liturgia do Concílio Vaticano II: “na ação litúrgica não só se observem as leis para a válida e a lícita celebração, mas que os fiéis participem dela com conhecimento de causa, ativa e frutuosamente” (SC 11). É urgente que os fiéis saibam participar conscientemente das celebrações sacramentais, especialmente da eucaristia, não se detendo apenas no rito externo, como vemos acontecer em nossos dias. Desapareceram os momentos de interiorização, de silêncio, de oração pessoal, de um autêntico encontro pessoal com Deus, tornando, por vezes, as celebrações sacramentais verdadeiros espetáculos à semelhança de shows televisivos. O mesmo pode ser afirmado da escuta da Palavra de Deus, que deve ser acolhida na fé como realmente *Palavra de Deus* que nos fala, interpela, ilumina e fortalece, para não cairmos na rotina de escutá-la como uma simples palavra humana. Como afirma a Constituição Dogmática *Dei Verbum*: “a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada pela oração a fim de que se estabeleça o colóquio entre Deus e o homem, pois ‘a Ele falamos quando rezamos; a Ele ouvimos quando lemos os divinos oráculos’” (DV 25).

Naturalmente a escolha destes três desafios para a Nova Evangelização foi subjetiva, já que outros temas são também importantes e urgentes, como a ênfase maior na pneumatologia, uma acentuação da fé como opção livre e consciente, a importância da Igreja Local, o papel do testemunho dos cristãos em meio a uma sociedade secularizada²⁹. Certamente outras temáticas merecem também nossa atenção e oxalá possam estimular os teólogos a novos estudos. Aqui, entretanto, termina a tarefa do teólogo ao apontar desafios e metas que serão então enfrentadas por outros com maior competência e responsabilidade.

Mario de França Miranda SJ. Doutor em teologia sistemática pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Professor emérito da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Entre suas publicações citam-se: *Um catolicismo desafiado: Igreja e pluralismo religioso no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996; *O cristianismo face às religiões*. São Paulo: Loyola, 1998; *A salvação de Jesus Cristo: a doutrina da graça*. São Paulo: Loyola, 2004; *A Igreja numa sociedade fragmentada*. São Paulo: Loyola, 2006; *Aparecida: a hora da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2007.

Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 389
22451-041 Rio de Janeiro — RJ

²⁹ Ver MIRANDA, M. de França. Rumo a uma nova configuração eclesial. *Cadernos Teologia Pública*, São Leopoldo, n. 71, v. 11, p. 1-34, 2012.